

Acordo foi descumprido. Greve é inevitável

Mais uma vez os professores serão levados a uma greve como último recurso para fazer valer acordos feitos com GDF. O descumprimento de leis e acordos tem sido o principal motivo das últimas paralisações da categoria.

O governador Arruda não nos deixa alternativa. Em reunião com a comissão do Sinpro, ontem, 6, ele se limitou a apresentar uma carta de quatro páginas (cuja íntegra está anexa a esse Edição Extra) em que não faz nenhuma proposta e repete a cantilena de números e tabelas que já foram apresentados em outras ocasiões.

Com um discurso vazio, o governador José Roberto Arruda e o secretário de educação José Valente confirmaram o calote que já haviam ameaçado aplicar nos professores. O GDF continua usando de dissimulação, chantagem emocional e falsos argumentos financeiros.

Ao contrário do que falou a imprensa, o pedido de prazo para cumprir a lei não foi formalizado. Nem sequer apresentou uma outra proposta de índice como alternativa aos 15,31% do Fundo Constitucional. Chamou assim, implicitamente, os professores para a briga. E esse é o único caminho para quem, como nós, é vítima da arrogância de um governante que não sabe valorizar nosso trabalho.

Durante a conversa, voltou a falar em contingenciamento, redução de recursos e queda na arrecadação, sem

explicar que o que caiu não foi a arrecadação, mas sim a expectativa de arrecadação, que era maior antes da crise.

Por isso, só resta à diretoria defender a greve. Os professores avisaram: nosso prazo se esgotaria hoje, 7 de abril. Ele pagou para ver, ou melhor, não nos pagou o que diz a lei e agora verá a força que tem essa categoria. Quem enfrentou greves durante a ditadura militar, em plena vigência da Lei de Segurança Nacional, não teme ameaças de cortes de ponto e retaliações.

Está na hora de mostrarmos a esse governo que não estávamos brincando. Temos que nos encher de brios e deixar claro: valorizar a educação não pode ser só no discurso. Cumprir a lei é o primeiro exemplo que os governantes devem dar. Todos à greve com muita união e disposição para a luta!

Propostas da diretoria

Como não há uma lei específica sobre a greve no serviço público, o STF julgou que ela será regida pelas regras da atual lei de greve do setor privado, com um detalhe adicional: delimitou que, no caso de serviço público, mesmo que não essencial, a comunicação da deflagração da greve deve ser feita ao poder público 72 horas antes de ela ser iniciada.

Diante dessa nova realidade a diretoria do Sinpro propõe:

07/04 - Deflagração da greve por tempo indeterminado a partir da próxima segunda-feira, dia 13, com a devida comunicação ao GDF

08/04 - Dia letivo com debate interno nas escolas públicas com professores

09/04 - Carros de som na rua e panfletagem em todas as cidades

10/04 - Ocupação da BR-020, sentido Planaltina, com faixas

11/04 - Carros de som nas ruas e panfletagem em todas as cidades

12/04 - Trabalho de panfletagem nas feiras

13/04 - 1o. Dia de Greve

8h30 - Assembleias Regionais nos mesmos locais das últimas assembleias realizadas

16h00 - Reunião do Comando Geral de Greve na sede do Sinpro

14/04 - 9h30 - Assembleia Geral - Buritinga

COMPOSIÇÃO DO COMANDO DE GREVE

O Comando de greve será formado por **39** membros da diretoria, **5** da Comissão de Negociação de Base e **34** divididos da seguinte forma:

Plano Piloto/Cruzeiro - 4;

Ceilândia - 3;

Taguatinga - 3;

Gama - 2

Samambaia - 3;

Núcleo Bandeirante - 2;

Brazlândia - 2;

Sobradinho - 2;

Guará - 2;

Planaltina - 2;

Santa Maria - 2;

Recanto das Emas - 2;

São Sebastião - 2;

Paranoá - 2.

Confirmado novo índice do FCDF

Em decorrência do recálculo da Receita Corrente Líquida da União, anunciada pelo Tesouro Nacional no final de março, o reajuste do Fundo Constitucional do DF para o ano de 2009 terá um novo valor.

A diferença a ser corrigida alcança R\$ 238 milhões e 400 mil devido a não inclusão das deduções do Fundeb no cálculo da Receita Líquida da União. Isso indica que o novo valor do repasse do Fundo ao DF em 2009 fique em R\$ 7.604.551.533,00 (sete bilhões, seiscentos e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e quinhentos e trinta e três reais).

Segundo os dados do Senado Federal, o total do Fundo Constitucional transferido ao DF em 2008 foi de R\$ 6.595.047.178,00. Quando dividimos aquele valor retificado do Fundo para o ano de 2009 (R\$

7.604.551.533,00) com este valor liquidado do ano de 2008 (R\$ 6.595.047.178,00), o reajuste do Fundo Constitucional para o ano de 2009 alcança a percentagem de 15,31%.

Cumprido destacar, ainda, que este valor do Fundo Constitucional foi calculado com base no crescimento da Receita Líquida da União de julho de 2007 a junho de 2008, portanto, antes da crise financeira mundial se instalar. A retificação de seu valor para o ano de 2009 se deve única e exclusivamente ao recálculo feito pelo Tesouro Nacional, em decorrência daquele erro cometido por seus próprios técnicos. Além disso, o repasse do Fundo Constitucional ao DF já está sendo feito desde janeiro deste ano, com os valores majorados de forma variável ao longo dos meses, quando comparados aos repassados em 2008.

Arrecadação cresce no Distrito Federal

“Brasília está na contramão da tendência nacional de queda no recolhimento de impostos”. A frase abre matéria publicada nesta segunda-feira, 6, pelo jornal *Correio Braziliense*, que mostra aumento na arrecadação de quase todos os impostos federais aqui no Distrito Federal. Segundo o diretor da Receita no DF, João Paulo Martins, os reajustes de vencimentos concedidos aos servidores públicos favorecem a atividade econômica em Brasília.

Enquanto o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) está caindo 14,98% no Brasil, aqui ele está subindo 23,17%. A Contribuição sobre o Lucro Líquido das empresas (CSLL) cresceu 3,28% em todo o país, mas no DF cresceu 58,47%.

No caso dos impostos do DF, é preciso salientar: não houve queda na arrecadação, houve aumento, só que menor do que a estimativa projetada pela Secretaria da Fazenda. Entendemos que não há justificativa para congelar reajustes já concedidos a partir da perda de arrecadação, que, se ocorrer, seus reflexos serão sentidos apenas a partir de 2010.

Recursos pagos do FCDF 2008 e 2009

MÊS	PAGO EM 2008	PAGO EM 2009	VARIAÇÃO 2009/2008
Janeiro	R\$ 467.037.621,78	R\$ 473.208.567,21	1,32%
Fevereiro	R\$ 505.469.929,65	R\$ 595.892.002,53	17,89%
Março	R\$ 516.698.375,60	R\$ 594.455.725,15	13,23%
Abril	R\$ 512.041.569,80	R\$ 568.655.553,05	11,05%
Maio	R\$ 513.290.039,49		
Junho	R\$ 536.648.397,02		
Julho	R\$ 569.185.791,00		
Agosto	R\$ 416.320.235,30		
Setembro	R\$ 547.536.916,11		
Outubro	R\$ 569.880.607,42		
Novembro	R\$ 559.210.173,43		
Dezembro	R\$ 662.939.229,42		
Total	R\$ 6.376.258.886,02	R\$ 2.232.211.847,94	11,54%*

Fonte: Senado Federal / SIGA Brasil

* valor referente à variação dos primeiros quadrimestres de 2008 e 2009.

Arrecadação da receita tributária do GDF

MÊS	ARRECADAÇÃO EM 2008	ARRECADAÇÃO EM 2009	VARIAÇÃO 2009/2008
Janeiro*	763 milhões	857 milhões	12,31%
Fevereiro**	836 milhões	781 milhões	- 6,57%
Março***	792 milhões	944,5 milhões	19,25%

* Neste mês em 2009, parte do ICMS teve seu recolhimento postergado para fevereiro do mesmo ano, em função da edição de uma Portaria da Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal.

** Em fevereiro de 2009, o GDF postergou, além de alguns outros impostos e contribuições, o recolhimento no IPTU para o mês de abril do mesmo ano, em função de problemas ocasionados pela impressão dos boletos de cobrança deste imposto.

*** O resultado do mês de março de 2009 é uma prévia da arrecadação do GDF, já que o mês fecha, a título de contabilização dos recursos arrecadados, entre os dias 15 e 20 do mês subsequente.

Fonte: SIGGO